

GRAMSCI E O CONCEITO DE CRISE ORGÂNICA

Rodrigo Castelo*[1]

Resumo

Especialistas da produção gramsciana como Carlos Nelson Coutinho, Guido Liguori, Luciano Gruppi e Lincoln Secco elegem as temáticas da política e da hegemonia como sendo o fio vermelho que permite uma costura da obra tardia do marxista sardo. Hugues Portelli, por sua vez, escolhe a categoria bloco histórico. Já Juan Carlos Portantiero estabelece os temas da hegemonia e da crise como uma linha condutora do leitor nas observações gramscianas.

Todos estes estudiosos gramscianos constituirão nossas fontes de estudo, mas a principal referência serão os próprios *Cadernos do Cárcere*. Nossa leitura terá como perspectiva o debate de Gramsci em torno da hegemonia/ditadura e da construção, reconstrução e possível dissolução do bloco histórico capitalista e suas fases, inauguradas a partir de eventos chamados de crise orgânica, nos quais se abrem inúmeras possibilidades históricas, tanto da restauração e renovação da hegemonia burguesa – por meio das revoluções passivas (americanismo-fordismo, fascismo), do cesarismo e da contrarrevolução –, quanto da revolução socialista.

O presente trabalho está dividido em três seções: a introdução, além de apresentar o objeto central da nossa análise, traz um panorama histórico do entre-guerras (1918-1939) e seus principais acontecimentos econômicos, políticos e sociais; a segunda seção, certamente a principal da comunicação, apresenta o conceito de crise orgânica a partir de uma análise do Caderno 13, em especial as notas §17 (Análise das situações: relações de força), §23 (Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica) e §24. A terceira seção consiste nas considerações finais, no qual fazemos um breve balanço das principais ideias abordadas na comunicação.

O objetivo central da comunicação consiste não somente em fazer uma exegese da obra de Gramsci em torno do conceito de crise orgânica, mas procurar as principais determinações lógico-históricas do referido conceito para entendermos a atual crise capitalista.

I. Introdução

O *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque é tido como um dos marcos principais da crise capitalista do final da década de 1920, e o aspecto financeiro da crise se sobressairia em relação a todos os outros, como o político e o cultural. A Grande Depressão, entretanto, deita profundas raízes que remontam ao passado e suas causas têm uma explicação multidimensional. O fim dos conflitos militares da Primeira Guerra Mundial significou o início de profundas transformações na ordem capitalista. Uma série de eventos históricos marcantes data desta época, constituindo um quadro rico de referências para o entendimento da Grande Depressão.

No plano das relações internacionais, temos a decadência da hegemonia mundial do Império Britânico. Com o seu declínio, nenhum país assumiu o papel de líder mundial. Neste período, os EUA hesitaram em promover uma política externa mais ativa e configurou-se um quadro de vácuo político internacional. Intimamente ligado à decadência do *hegemon* britânico, está o fim do padrão ouro-libra.

Em segundo lugar, o liberalismo desmoronou. No plano político, os antigos valores e práticas liberais, como a suspeita do Estado absoluto, os governos constitucionais

respaldados por eleições livres e os direitos civis elementares, sumiram do mapa para dar lugar, em parte do mundo, aos governos autocráticos e totalitários. No plano da economia, as primeiras medidas tomadas pelos governos dos países centrais e periféricos durante a crise iam de encontro ao liberalismo. A estagnação das transações internacionais obrigou-os a romper com o livre-cambismo e a adotar medidas protecionistas dos seus mercados, estimulando a produção das indústrias nacionais em detrimento da importação.

Nesta mesma época, a crença no livre-mercado, diante da recessão mundial e do desemprego estrutural involuntário, foi destruída, e das suas ruínas surgiu o planejamento econômico, então em voga nos planos quinquenais da ex-URSS. O Estado burguês passaria a ter uma função mais atuante na economia, com preocupações de manutenção da ordem política não mais somente pela via da repressão, mas também pela promoção de políticas de pleno emprego e viabilização de sistemas básicos de proteção social[2], que viriam a ser o tripé da seguridade social do *Welfare State*.

As mudanças na economia não se limitaram às políticas econômicas estatais. Elas atingiram a própria base material. Nos EUA, surgiram novos processos de trabalho na indústria automobilística, que mais tarde seriam sugestivamente chamados de fordismo[3].

Temos, desta forma, novas configurações do bloco histórico capitalista. As medidas tomadas pelas classes dominantes defendiam reformas diante da crise estrutural, reformas estas operadas tanto na estrutura quanto na superestrutura por meio das revoluções passivas do americanismo-fordismo nos Estados Unidos (GRAMSCI, 2007) e do fascismo na Europa Ocidental (GRAMSCI, 2004)[4]. É neste contexto histórico que Gramsci teoriza sobre a crise orgânica, objeto central da nossa comunicação.

II. O conceito gramsciano de crise orgânica

A crise de 1929 e a grande depressão da década de 1930 formaram um terreno fértil para as interpretações marxistas. Desde os escritos de Marx, as crises são vistas como fenômenos intrínsecos ao modo de produção capitalista, e não como uma deformação da sua natureza. Em *O Capital*, Marx aponta diversos elementos para as crises capitalistas: a anarquia social da produção, os movimentos do valor, a contradição forças produtivas x relações sociais de produção, o subconsumo, a superprodução e a tendência da queda da taxa de lucro. Mas, sobretudo, a análise marxista sobre as crises engloba outros aspectos da realidade para além das variáveis econômicas, como as políticas e sociais. Tais anotações estão presentes, por exemplo, nos seus livros *A luta de classes na França 1848-1851*, *O 18 de Brumário* e nos artigos publicados na *Nova Gazeta Renana* sobre a revolução burguesa na Alemanha.

Marx não deixou uma teoria geral da crise, prevista para o quinto livro do seu projeto de crítica da economia política. Este foi um dos motivos para a polêmica a respeito dos múltiplos determinantes das crises no capitalismo que se formou entre seus descendentes teóricos e políticos. Segundo Elmar Altvater (1987, p. 81), surgem, na década de 1920, dois paradigmas marxistas sobre a crise: “o de uma estabilidade substancial do desenvolvimento capitalista com base na organização da economia e na progressiva estatização da sociedade, e o da desestabilização da economia e da sociedade na fase da ‘crise geral do capitalismo’”. Ambos tinham nítidas imbricações com práticas políticas.

A figura central do primeiro paradigma é o social-democrata austríaco Rudolf Hilferding, que sustenta a tese de que a racionalização empresarial da produção, o intervencionismo do Estado na economia e o estreitamento dos vínculos do Estado com

a burguesia apontam para o capitalismo organizado e, por isso, os efeitos das crises seriam amenizados e não levariam à *débâcle* final do capitalismo. O fim do capitalismo não será resultado, portanto, de uma crise terminal espetacular, mas sim de uma estratégia reformista do proletariado organizado em torno de partidos políticos social-democratas. A transição para o socialismo seria pacífica, lenta e gradual, sem a necessidade de uma ruptura violenta como a revolução.

Já o segundo paradigma marxista era defendido pela III Internacional, a Internacional Comunista (IC). A linha política da IC, traçada a partir do seu VI Congresso, tinha como pressuposto a idéia de que o modo de produção capitalista vivia uma fase moribunda, de putrefação, e o seu fim seria iminente. Uma grande crise econômica seria a ante-sala da revolução comunista e mundial. O sério abalo dos alicerces econômicos proporcionaria as condições objetivas imediatas para um ataque frontal e armado do proletariado ao poder constituído, conquistando o Estado burguês e, em uma rápida transição, o destruiria para dar lugar ao socialismo.

Gramsci, por sua vez, colocar-se-á frontalmente contra estas duas interpretações marxistas da grande crise. O objetivo do líder do PCI é criar uma agenda de pesquisa para compreender a recomposição da hegemonia burguesa, a base material-institucional dessa recomposição, os motivos das derrotas operárias e, por fim, mas não menos importante, o delineamento de uma nova estratégia revolucionária comunista para as sociedades ocidentais. Para isto ele elabora o conceito de *crise orgânica*.

Este conceito encontra-se espalhado ao longo de diversos cadernos carcerários. Para entendê-lo na sua complexidade, necessitamos de um paciente exercício de catalogação das notas esparsas. As reflexões teórico-metodológicas de alcance mais abstrato de Gramsci a respeito das crises estão presentes no Caderno 13 (1932-1934), com destaque para as notas §17, §23 e §24.

Apesar de certas notações universais, Gramsci encaminhou em larga medida sua abordagem sobre as crises orgânicas em termos histórico-concretos, analisando dois grandes momentos históricos do modo de produção capitalista: o processo italiano de unificação estatal, o chamado *Risorgimento*, submetido a uma comparação histórica com a Revolução Francesa (GRAMSCI, 2000b), e a crise orgânica dos anos 1910-1930, tendo como principais eventos a Grande Guerra, a Revolução Russa, o fascismo e o americanismo-fordismo.

No decorrer dos seus *Cadernos*, Gramsci demonstra uma total aversão ao esquematismo sociológico que desconsidera os elementos históricos e ideológicos de uma formulação teórica. Suas críticas metodológicas posicionam-se tanto contra a tradição idealista, que concebe a realidade como produto das ideias, quanto de uma tradição do marxismo avessa aos estudos práticos sobre determinadas realidades sociais, que insiste em enquadrar a rica realidade nas citações de Marx, Engels e Lênin.

O ponto de partida da teoria gramsciana é o concreto, a história humana. Em um segundo momento, recorre-se a abstração de certos elementos perturbadores da análise – o que Gramsci chamaria de “eventos conjunturais”, da “política miúda” – restringindo-se, nesta etapa da pesquisa, aos fatos orgânicos e estruturais. Por fim, recolhendo os fatos conjunturais e orgânicos-estruturais, reconstruiria-se idealmente a realidade a partir de uma síntese teórica na perspectiva da totalidade. Desta forma, podemos dizer que o conceito de crise orgânica possui, na obra de Gramsci, determinações concretas e abstratas, particularistas e universalistas.

Preciosas anotações de caráter mais abstrato sobre crises econômicas e políticas (de hegemonia, de autoridade) aparecem no Caderno 13. A nota §17 discute, sob forte influência do prefácio à *Contribuição da crítica da economia política* (Marx, 1859), uma metodologia para o estudo das grandes transformações históricas. Para Gramsci, as

categorias de estrutura e superestrutura são essenciais neste estudo. Na sua opinião, uma crise de grandes proporções, intitulada de crise orgânica, ocorre no momento em que as “contradições insanáveis na estrutura” – derivadas do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção – não são mais contidas dentro dos limites impostos pela superestrutura. Rompem-se, assim, os laços entre estrutura e superestrutura, e o bloco histórico ameaça desagregar-se completamente, abrindo um período histórico de convulsões políticas, econômicas e sociais.

Estes períodos de transformação social derivam de três tipos básicos de situações históricas: processo regressivo ou crise aguda; processo progressista ou de prosperidade e; estagnação das forças produtivas. O surgimento desta janela histórica proporcionada pela crise orgânica é uma das grandes oportunidades que os movimentos sociais e políticos anti-sistêmicos têm para acumular força e contestar o sistema vigente, abrindo efetivo espaço para a revolução social. Mas não se deve esquecer que esta conjuntura histórica também abre espaço para as movimentos reacionários das classes dominantes, muitas vezes operados por meio de golpes e ditaduras, como nos recorda Gramsci (2002a, p. 60): “quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos”. São períodos de agitação espontânea, de “subversionismo esporádico e elementar” das classes subalternas, e também de relativo fortalecimento das forças repressivas e de setores das classes dominantes, como a Igreja e as altas finanças.

Havendo mais de uma saída para a crise orgânica, como, então, prever os rumos futuros? Segundo Gramsci, o dirigente político deve analisar as correlações de forças existentes na sociedade em que atua. Tal análise opera-se em três níveis: (1) nas relações de forças sociais ligadas à estrutura, isto é, na análise das condições objetivas, que muitas vezes operam independentes da vontade humana; (2) nas relações das forças políticas, isto é, das condições subjetivas, do nível de consciência de cada uma das classes sociais fundamentais e subordinadas, bem como das forças internacionais que atuam nos distintos espaços nacionais; (3) nas relações das forças militares, que se desdobram em forças técnico-militares (estritamente militar) e forças político-militares (uma grande variedade de combinações entre elementos de hegemonia e ditadura, consenso e coerção).

A arena da luta de classes é ocupada por múltiplos sujeitos históricos e, em tempo das grandes crises históricas, surgem novos vetores que complexificam ainda mais o quadro político. Por isso, é necessária a análise das relações de força entre os diversos grupos sociais em disputa pela hegemonia, pois somente através dela seremos capazes de determinar teoricamente quais serão as saídas operadas para uma crise orgânica. O grupo social que tiver maior êxito na análise da “conjuntura estratégica” conseguirá a melhor preparação do teatro das lutas políticas, conquistando maior capacidade hegemônica na luta pela direção intelectual-moral, possivelmente impondo o seu projeto estratégico classista para o restante da sociedade a partir da combinação de recursos táticos de hegemonia e coerção.

O conceito de crise orgânica deve ser, portanto, entendido a partir de uma perspectiva de totalidade, pois engloba uma dupla dimensão, a econômica e a política. Segundo Gramsci, as crises econômicas, a despeito do novo aparato institucional e ideológico do Estado ampliado, são inelimináveis do modo de produção capitalista, posto que elas resultam das contradições intrínsecas desse sistema social. O revolucionário sardo desenvolve, todavia, uma nova visão sobre os efeitos das crises

econômicas sobre o proletariado e a potencialidade das revoluções em períodos de turbulência no capitalismo.

A tradição marxista alimenta, desde os escritos dos seus fundadores, a antiga ideia de que o advento do socialismo se daria após uma grande crise econômica do capitalismo. Gramsci aponta para a existência de questões econômicas no desenvolvimento das crises orgânicas, mas não as vê como determinantes. Ele atribui à economia um peso secundário, que não é capaz, numa sociedade ocidental, de romper mecanicamente o equilíbrio social existente e levar à revolução socialista. Isto só pode ocorrer mediante a presença de sujeitos históricos conscientes de suas concepções de mundo e organizações coletivas para a revolução.

Gramsci retira parte do peso que alguns pensadores marxistas atribuíam às crises econômicas, colocando-as como um evento catastrófico capaz de levar o capitalismo ao colapso final. Neste sentido, na nota §24 do Caderno 13, ele dirige suas críticas à Rosa Luxemburgo, que defendia a tese de que uma grande crise econômica do capitalismo levaria a um ascenso espontâneo das lutas populares e à revolução socialista. Segundo Gramsci, a análise de Rosa sobre a Revolução Russa de 1905 negligencia os fatores subjetivos na deflagração dos acontecimentos. Rosa Luxemburgo restringiria-se ao exame das condições econômicas e da reação espontânea das massas populares aos efeitos sócio-econômicos da crise (desemprego, pobreza, etc.). Nesta linha de argumentação, tida por Gramsci como um “fêrreo determinismo economicista”, as crises econômicas são entendidas como uma espécie de artilharia de campo capaz de abrir passagem para o avanço das forças adversárias ao capitalismo, não havendo necessidade de preparação prévia de quadros revolucionários dirigentes capazes de liderar e organizar, em comunhão com as massas, a revolução socialista. Esta viria quase como uma decorrência mecânica, natural da crise econômica.

A virulência das suas notas críticas à líder revolucionária alemã não deixa margem para dúvida: Gramsci não via uma ligação direta, automática, entre crise econômica e revolução socialista. O empobrecimento das massas não se traduziria imediata e mecanicamente em revolta popular esporádica, muito menos em ato político organizado e consciente capaz de abalar as sólidas estruturas do sistema social vigente. Tais teses poderiam ter um fundo de verdade no período em que vigorou o capitalismo concorrencial, mas, as novas determinações históricas do padrão de acumulação monopolista e do Estado ampliado no início do século XX desarmariam o potencial revolucionário da pauperização das massas e das crises econômicas:

“Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal” (GRAMSCI, 2002a, p. 44).

É importante notar que, ao criticar as teses economicistas do marxismo, Gramsci evita uma unilateralidade oposta, qual seja, a de eliminar o momento econômico das crises orgânicas. Queda das atividades produtivas, recessões, falências, desemprego fazem parte das suas reflexões e não devem ser negligenciadas: a depender das relações de força entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado), a questão econômica pode ser mais ou menos decisiva. “A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus” (GRAMSCI, 2002a, p. 45). Os aspectos econômicos, assim, podem ser favoráveis a uma movimentação espontânea das massas

populares diante dos efeitos deletérios da crise: tudo depende das relações de força estabelecidas em determinado momento histórico de uma formação econômico-social. Gramsci deixa claro que não se pode deduzir, de forma abstrata e a-histórica, um modelo determinista dos efeitos de uma crise econômica levando à *débâcle* capitalista e ao início do socialismo. Pelo contrário, o líder comunista italiano levanta a hipótese que as crises econômicas também podem favorecer golpes de Estado por parte das classes dominantes. Ou seja, uma crise econômica pode fortalecer ainda mais a dominação burguesa frente ao proletariado, embora evidências factuais tenham levado diversas lideranças marxistas a pensarem o contrário.

“Ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado” (GRAMSCI, 2002a, p. 197).

Um segundo aspecto da crise orgânica é o seu lado político que, segundo Gramsci, é a principal característica da crise em uma sociedade ocidental. A crise orgânica manifesta-se no plano superestrutural (ideológico-político) como uma “crise de autoridade”, ou como uma “crise de hegemonia”, explicada da seguinte forma por Gramsci na nota § 23 do Caderno 13 (2002a, p. 60):

“O processo [da crise] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto”.

Na crise de hegemonia, as ideologias dominantes perdem força e os laços existentes entre governantes e governados vão se enfraquecendo. Os aparelhos privados de hegemonia, operados pelos intelectuais orgânicos e tradicionais das classes dominantes, já não conseguem soldar o bloco histórico em torno da concepção de mundo burguesa, esgarçando as ligações entre a superestrutura e a estrutura, na qual a classe trabalhadora não se sente mais representada pelos interesses das classes dominantes. O consenso vai, paulatinamente, se dissolvendo e a agitação das classes subalternas cresce na medida exata desta dissolução. Na crise de hegemonia, tais classes deixam de acreditar na capacidade dirigente dos governantes, que se mostram incapazes de solucionar os aspectos mais deletérios da crise sobre a sociedade como um todo.

“Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2002a, p. 184).

Diante dos fenômenos mórbidos da crise orgânica, surgem inúmeras saídas históricas que, como vimos, são determinadas pela correlação de forças entre os distintos blocos de poder. Na grande crise do início do século XX, o movimento operário foi derrotado nas principais sociedades ocidentais e as saídas foram eminentemente determinadas pelos interesses das classes dominantes através das revoluções passivas do fascismo (Itália, Alemanha) e do americanismo-fordismo (Estados Unidos). Outros desfechos para uma crise orgânica são apontados por Gramsci, tais como a contrarrevolução, o bonapartismo (ou cesarismo) e, claro, a revolução socialista, sendo esta a única saída de interesse das classes subalternas.

III. Considerações finais

Do ponto de vista histórico, o entre-guerras (1918-1939) explicita uma nova fase do capitalismo, que rompe com o paradigma do capitalismo concorrencial a partir do aprofundamento do imperialismo, de novos padrões de intervenção estatal na economia e na “questão social” e do fim do liberalismo econômico. Todas as medidas tomadas tinham, em sentido geral, impedir o aprofundamento e, no limite, a reversão da crise estrutural, que se mostrava cada vez mais problemática do ponto de vista econômico, com o aumento do desemprego e do pauperismo (absoluto e relativo), e político, com as tensões sociais geradas pela revolta organizada das classes subalternas em torno dos partidos social-democratas e comunistas. É dentro deste quadro histórico que Gramsci, elabora o seu conceito de crise orgânica, interligando-o aos seus conceitos de hegemonia/ditadura, sociedade política/sociedade civil, guerra de movimento/guerra de posição e bloco histórico. O objetivo era conhecer os novos padrões de dominação e acumulação burgueses para ajudar na elaboração de novas táticas e estratégias revolucionárias proletárias, as únicas capazes de superar os resultados mais deletérios das crises orgânicas capitalistas.

Referências bibliográficas

ALTVATER, Elmar (1987). “A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise”. In: História do marxismo, vol.8. Eric Hobsbawm (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 79-133.

GRAMSCI, Antonio (2002a). *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

____ (2002b). *Cadernos do Cárcere*, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

____ (2004). *Escritos políticos*, vol. 2 (1921-1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2007). *Cadernos do Cárcere*, vol. 4: 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

10

[1]* Doutorando da Escola de Serviço Social/UFRJ; pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA)/IE-UFRJ; docente do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA). Endereço eletrônico para contato: rodrigo.castelo@gmail.com.

[2] Em linhas gerais, dois novos padrões de intervenção estatal na “questão social” surgiram nesta época. Nos EUA, o presidente Roosevelt capitaneou um novo contrato social, o chamado *New Deal*. A situação sócio-econômica do país nos anos 1930, sob qualquer ângulo, demonstrava uma sensível piora: queda de 35% na produção industrial e 25% da força de trabalho desempregada (na época, mais de 12 milhões de trabalhadores). Diante deste quadro, os democratas tomaram diversas medidas no sentido de conter a crise: cartelização das indústrias para segurar os preços, controle dos preços agrícolas, programas públicos para geração de empregos e pensões para idosos e para desempregados. Na Alemanha, após a queda da República de Weimar e as humilhações derivadas do Tratado de Versalhes, que só fizeram exacerbar o nacionalismo teutônico, surgiu o regime fascista, liderado pelo partido nazista, um regime político autoritário que recorre ao uso irrestrito da força e da coerção para reversão da crise estrutural, tendo como alvo principal as lideranças do movimento operário. Tendo como base social a pequena burguesia, pauperizada pela crise estrutural e sem perspectivas futuras de ascensão social, o Estado fascista assumiu o seu caráter classista por meio da defesa dos interesses do grande capital, com as seguintes medidas: economia de guerra com planejamento centralizado, concentração do capital e congelamento dos salários.

[3] As principais indústrias implementaram processos de produção que intensificavam o ritmo da jornada de trabalho dos operários a partir da parcialização das tarefas, do controle do tempo das tarefas e da instalação de linhas de produção com esteiras mecânicas.

[4] No volume 2 dos *Escritos Políticos* de Gramsci, destacamos dois textos a respeito do fascismo: “O povo dos macacos” (p. 30-34) e “Os dois fascismos” (p. 80-83).